

PROPOSTAS DE MESAS REDONDAS - CAMPO DE PÚBLICAS

A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (NLLC) NO BRASIL

Lizandro Lui (lizandrolui@gmail.com)

Denis Rodrigues (denrogp@gmail.com)

Lidia Nicole Dos Santos Ten Cate (lidianicoletencate@gmail.com)

Leticia Pereira Chagas (adv.leticiachagas@gmail.com)

A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) marca uma reformulação importante na gestão pública brasileira, trazendo mudanças nos processos de contratação e execução de políticas públicas. Substituindo a Lei nº 8.666/1993, a nova legislação visa modernizar, melhorar a eficiência e garantir mais transparência nas compras públicas. A implementação dessa lei apresenta desafios, especialmente para os gestores públicos nos entes subnacionais (estados e municípios). A mesa redonda proposta busca debater as dificuldades e oportunidades dessa implementação, destacando as particularidades enfrentadas pelos entes subnacionais e os impactos da nova legislação na gestão pública.

A Lei nº 14.133/2021 é uma das reformas mais relevantes para o sistema de contratações públicas do Brasil. O principal objetivo é aumentar a transparência, melhorar o planejamento das compras públicas e promover inovação, com ênfase na eficiência e na redução de custos. Entre as principais

inovações estão: Plano de Contratação Anual, Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e Diálogo Competitivo.

Essas inovações, além de ajustes nas modalidades de licitação, visam otimizar os processos, aumentar a competitividade e garantir o melhor uso dos recursos públicos.

Nos estados e municípios, a implementação da Lei nº 14.133/2021 apresenta desafios consideráveis. A diversidade de capacidades técnicas e administrativas entre os entes federativos implica que cada um enfrentará obstáculos distintos na adaptação à nova legislação. Enquanto capitais e estados com mais recursos estão melhor preparados, municípios menores, com menos capacidade técnica, enfrentam dificuldades mais acentuadas na implementação dos novos processos.

Além disso, o modelo de governança e as relações federativas influenciam a forma como a lei é aplicada. A autonomia de estados e municípios pode resultar em diferentes ritmos e níveis de adesão à nova legislação. Enquanto alguns estados desenvolvem sistemas próprios para gerenciar as contratações públicas, outros encontram dificuldades em implantar as ferramentas previstas pela lei, como o PNCP e os mecanismos de e-procurement.

A capacitação dos gestores públicos também é um fator crítico. A nova legislação exige conhecimentos técnicos que, muitas vezes, não estão disponíveis nas administrações municipais e estaduais, necessitando um esforço considerável para a formação dos servidores.

Importância da Nova Lei de Licitações e Contratos

A implementação da Lei nº 14.133/2021 é essencial para a melhoria da gestão pública, especialmente no que se refere à transparência, eficiência e controle das contratações públicas. As compras públicas representam uma parte significativa do orçamento dos governos e impactam diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. A forma como o Estado contrata bens, serviços e obras afeta diretamente a execução das políticas públicas.

A nova legislação também representa um avanço na governança pública, ao criar novos instrumentos de planejamento e controle, permitindo uma gestão mais estratégica e fundamentada em dados. O planejamento anual das contratações e o uso do PNCP ajudam os gestores a realizar compras públicas mais eficazes, prevendo melhor as necessidades e os orçamentos necessários.

A mesa redonda reunirá especialistas e gestores públicos para discutir os principais desafios e oportunidades da implementação da Lei nº 14.133/2021 nos entes subnacionais. O evento visa promover um debate sobre as dificuldades enfrentadas pelos gestores e identificar boas práticas e soluções para superar esses obstáculos.

Os principais pontos a serem discutidos são:

Desafios da Capacitação de Agentes Públicos: Como os gestores públicos estão se preparando para implementar as novas diretrizes da Lei nº 14.133/2021? Quais os principais desafios relacionados à formação e capacitação dos servidores públicos?

Tecnologia e Inovação nas Compras Públicas: Como o uso do PNCP e as plataformas de e-procurement têm impactado os processos licitatórios? Qual a importância dessas ferramentas para a transparência e eficiência das contratações?

Planejamento e Previsibilidade: Como os entes subnacionais estão lidando com a exigência de elaboração do plano anual de contratações? Quais os impactos dessa medida no planejamento das compras públicas?

Desafios de Governança e Controle: Como os gestores estão lidando com os novos mecanismos de controle e fiscalização, tanto internos quanto externos? Qual o impacto da maior transparência para o controle social das contratações?

Experiências e Boas Práticas: Quais boas práticas estão sendo adotadas pelos estados e municípios? Como as administrações públicas estão superando as dificuldades e encontrando soluções inovadoras para a aplicação da Lei nº 14.133/2021?

Os pesquisadores da mesa redonda contam com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP DF).

Palavras-chave: compras públicas; implementação; nova lei de licitações e contratos; governos subnacionais; pncp.